

## O Espelho da Guerra: a *virtù* na visão renascentista de Maquiavel

[Mariano de Azevedo Júnior](#) \*

### Resumo

Este artigo pretende analisar o conceito de *virtù* em *O Príncipe* de Maquiavel, tomando-a como a capacidade do soberano no uso racional das armas próprias para a preservação do Estado. Também se propõe a verificar a distinção entre as formulações do conceito de *virtus* pelos humanistas e segundo a radical visão maquiaveliana, ambas frutos da Renascença. Ainda observaremos que os "espelhos de príncipes" escritos durante a Renascença formaram-se em oposição à definição humanista de *virtus*, que visava à formação do homem cívico e não do príncipe. Nesse sentido, reformulando o conceito de *virtù*, Maquiavel opôs o seu espelho de príncipe tanto à concepção humanista como à idéia de *virtus* dos outros autores dos espelhos, enfatizando a prática da guerra. Finalmente, buscaremos revelar a *virtù* associada à arte da guerra como a própria definição de "príncipe prudente".

**Palavras chaves:** Príncipe, Maquiavel, *virtù*, Estado e Arte da guerra.

### Abstract

This article intends to analyze the concept of *virtù* in *The Prince* by Maquiavel, taken as the sovereign's rational capacity in use of proper weapons on the preservation of his State. Also it is considered to verify the distinction between the formularizations of *virtus* concept by humanists in the beginning of century XV, and radical maquiavelian's vision, both fruits of the Renaissance. Still we will observe that the "mirrors of princes", written in Renaissance had formed in opposing to *virtus* definition by humanists, that aimed the formation of the civic man and not of the prince. In this direction, reformulating the concept of *virtù*, Maquiavel opposed his mirror to the conception humanist as to the idea of *virtus* by other mirror's authors, emphasizing the practical of war. Finally, we will search to disclose *virtù* associated to the art of the war as the proper definition of "prudent prince".

**Keywords:** Prince, Maquiavel, *virtù*, State and Art of war.

---

\* Acadêmico de História da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) e bolsista do Programa de Educação Tutorial em Ciências Sociais (PETCIS) – SESu / MEC.

A história humana, como afirmou um dos notáveis historiadores da Escola dos Annales – Marc Bloch (1993) – é o estudo do homem no contexto do seu tempo. Mas a nossa história dos homens em sociedade nos leva a enxergar uma natureza belicosa existente no tempo e no espaço, compreendida na própria existência humana. Uma história de guerras, conquistas, derrotas e vitórias. Por essa razão, vale recuperar uma pergunta central em *O Príncipe* de Maquiavel: como reconhecer a força necessária capaz de manter um Estado? Eis uma questão válida para refletir sobre o valor da guerra na conservação dos principados liderados por homens de valores próprios e tidos como dignos da soberania. Príncipes almejantes da glória e da arte de bem governar pela lei e pelas armas. Homens espelhados na visão histórica, renascentista e política de Maquiavel.

É no cenário da Renascença italiana que Nicolau Maquiavel escreve a sua mais famosa obra, *O Príncipe* (1513), na qual realiza uma análise política consistente sobre como deve agir um soberano com prudência ou valor próprio (*virtù*) para manter um governo já existente ou conquistar um novo. Destinando o seu “espelho de príncipe”<sup>1</sup> a Lourenço, “O Magnífico”<sup>2</sup>, Maquiavel constata que dois fatores são os sustentáculos garantidores da estabilidade e segurança de um governo soberano: boas leis e boas armas. A concepção da política maquiaveliana fundamenta-se no fato de que é impossível existirem boas leis e boas armas se não houver um homem de Estado ousado e viril, como um modelo a ser seguido. Daí o príncipe prudente ser esse exemplo para os homens que o seguirão. Nessa perspectiva, pode-se notar que a política em Maquiavel reflete o conflito moral quando do uso dos meios da força física, objetivando fins inteiramente acima dos limites da ética puritana. Outro aspecto fundamental é a riqueza em aprender com as “lições” do passado: seguir os passos dos grandes homens no trato da guerra, ao se configurar o conflito com outros blocos de poder. Para compreendermos esse aspecto importante da visão maquiaveliana, é necessário que consideremos as influências intelectuais na formação política do florentino.

A presença essencial de termos como *virtù* e *fortuna* na filosofia política de Maquiavel – que irão fundamentar toda a sua obra – só pode ser entendida no contexto renascentista que fundamentou as tradições políticas e filosóficas presentes na sociedade na qual estava inserido. Contudo, a gênese da visão renascentista maquiaveliana tem a sua fundamentação centrada nos círculos humanistas de Florença do início do século XV. Estes, por sua vez, foram totalmente influenciados pelo trabalho de Petrarca no século precedente, quando ele recuperou os valores existentes nas obras de Cícero, nas quais se encontram as aplicações dos termos *virtus* e *fortuna*, voltados para a formação política do indivíduo, do cidadão.

### **Os valores da República no Renascimento italiano.**

Na antiga Roma, a deusa da sorte *Fortuna*, adorada como filha do próprio *Jupiter*, possuía a capacidade de prosperar a vida dos homens com tudo aquilo que todos desejavam - glória, poder e honra –, desde que estes ousassem nos negócios, fazendo uso das graças da deusa. No entanto, os homens (*vir*) de pouca virtude (*virtutis*), ao invés de desfrutarem dos poderes ofertados pela deusa, iriam sucumbir diante da incapacidade de se regozijar com o que a *Fortuna* tinha para agraciá-los. É nesse contexto cultural da antiguidade romana que toda a

---

<sup>1</sup> Os “espelhos de príncipes” (neste trabalho, fazemos menção aos espelhos direcionados a príncipes escritos no período da Renascença tardia, ou seja, a partir do final do século XV) foram obras categorizadas em um gênero literário renascentista com o fim de constituir verdadeiros manuais de conduta para aqueles que exerciam o ofício régio. No caso de Maquiavel, observaremos, na parte central deste artigo, algumas particularidades na sua visão política.

<sup>2</sup> Lourenço, “O Magnífico”, era neto de Cosme de Medici, ambos membros da família Medici que exercia poder sobre Florença e sobre a Itália. Em 1494, com a ajuda das tropas espanholas, os Medici retomam o poder e destituem a República florentina, que tem o seu final definitivo em 1512. A partir de então, Lourenço de Medici passa a ser o *Signori* de Florença.

eloquência de Cícero, considerado o mestre da retórica, consegue utilizar a concepção do *vir virtutis* (homem de virtudes viris) aplicada à política, dando sentido moral aos novos significados definidores dos valores próprios e reais que um homem político e eloquente deveria possuir, e que Petrarca definiu como a meta para a educação que devia formar o indivíduo da sua época. Educação essa que consolidou a compreensão humanista como a formação ideal do indivíduo de atos virtuosos e que tanto embasou as apologias à liberdade cívica republicana dos humanistas florentinos da Renascença.

O trabalho de Petrarca ao recobrar os valores ciceronianos e inseri-los na concepção humanista de modelo de educação e conduta, não se limitou a adaptar tais valores às tradições existentes. Em vez disso, Petrarca recuperou toda a concepção ciceroniana de *virtus*, embasado na compreensão clássica que definia a retórica e a filosofia.<sup>3</sup> Foi essa recuperação total dos conceitos de *virtus* e *fortuna* que construiu a idéia de uma educação direcionada para a formação da “virtude única” do homem: a idéia do homem político, eloquente, cívico e republicano. Em poucas palavras, a idéia de *virtus* era a própria concepção do homem de reais virtudes, ou seja, do homem de valor próprio. Como o próprio Petrarca nos diz:

Somente quando soubermos unir a sabedoria à eloquência, quando formos capazes de gravar na alma e fazer que nela caem fundos os mais agudos e ardentes ferrões do discurso, poderemos ter a esperança de realizar a tarefa realmente vital da filosofia – a de arrazoar de modo não somente a instruir nossos ouvintes sobre as virtudes, mas também de instruí-los a praticar atos virtuosos. (*apud.* SKINNER, 1996, p. 104)

Todo o engenhoso trabalho de Petrarca durante o século XIV é responsável pelo teor de instrução civil republicana dos humanistas de Florença do início do século XV. Notáveis humanistas florentinos como Leon Battista Alberti, Gianozzo Manetti e Matteo Palmieri, dentre outros, executaram a tarefa de realizar uma intensa apologia à liberdade republicana de Florença, principalmente após a guerra contra Milão.<sup>4</sup>

A guerra contra Milão fez crescer o enaltecimento da república florentina pelos círculos humanistas, como sendo a terra agraciada pelos ares republicanos. Contudo, levando em conta o período renascentista do humanismo espelhado na recuperação das considerações políticas de Petrarca, os ares republicanos respirados pelos humanistas florentinos são os desejos de reerguer uma República semelhante à dos tempos romanos de Cícero. Portanto, não há nenhuma novidade maior que venha a definir o humanismo civil da Florença do início do século XV, assim como não poderíamos apontar a compreensão de *virtus* e *fortuna* como sendo frutos originais do pensamento político de Maquiavel. Em suma, o que constatamos são as raízes em comum, surgidas no bojo da Renascença italiana, dos valores do *Regnum Italicum* prescritos nas obras de Cícero e recuperados no humanismo cívico precursor de Petrarca. O que devemos destacar são particularidades nas observações e análises políticas que caracterizaram a distinção entre os humanistas do início do século XV e a filosofia política de Nicolau Maquiavel.

---

<sup>3</sup> A mais importante redescoberta dos valores clássicos de *virtus* e *fortuna* por Petrarca talvez tenha se dado nas intensas análises das “Disputações Tuscianas” de Cícero, principalmente sobre o que Petrarca revelou sobre a meta para a educação. Para mais detalhes, ver: SKINNER, Quentin. A recuperação dos valores clássicos. In: **As Fundações do Pensamento Político Moderno**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 105-109.

<sup>4</sup> Após dominar toda a Lombardia e ter conquistado Verona, Vicenza e Pádua, o duque de Milão Giangaleazzo Visconti cercou Florença, planejando um ataque. Antes que a cidade resistisse, o duque morreu repentinamente de febre, deixando o ducado para o seu filho Filippo Maria Visconti, que se empenhou em executar os planos do pai. Com a anexação de Gênova ao ducado de Milão, Filippo declarou guerra à Florença, que antecipou uma reação, resultando em uma guerra que durou de aproximadamente 1423 até 1454. Esta cessou com vitória de Florença, após a intervenção diplomática de Cosme de Medici, que exigiu o reconhecimento de Milão à República independente florentina.

## **A moralidade reprovada de Maquiavel**

Talvez afirmar que existam somente particularidades distintas entre a compreensão da *virtù* de Maquiavel e a *antiqua virtus* humanista seja de fato, um equívoco. Na verdade, há na visão política maquiaveliana uma consistente diferença quanto aos caminhos que o homem de *virtù* deve trilhar para alcançar a glória. Nesse sentido, sem perder de vista a *raison d'Etat* que Maquiavel se propôs examinar em sua obra, é preciso, antes de qualquer coisa, nos determos no conceito de *virtus* associado à figura do príncipe de Estado, entendendo que a origem republicana de tal conceito serviu para os objetivos cívicos de Petrarca e seus sucessores – que desejavam formar cidadãos –, mas não para os fins últimos do *Príncipe* de Maquiavel. Além do mais, também é necessário compreender que a glória almejada pelo príncipe está relacionada com a questão central deste artigo, que se ocupa do significado da *virtù* maquiaveliana. Não obstante, encontrar o real sentido da *virtù* nos levará a entender a arte da guerra como uma virtude ulterior daqueles que exerciam o ofício régio, e que (para Maquiavel) tornava o príncipe um indivíduo de valor próprio e digno de se colocar acima dos demais.

Construir uma República florentina aos moldes da República romana da Antiguidade também era um desejo de Maquiavel. Todavia, a “busca na história” de modelos exemplares – característica típica do humanismo renascentista, que buscou na *Política* de Aristóteles a existência da recorrência de fatos como a própria concepção de história – seria inútil se as práticas dos homens do passado tivessem que ser compatíveis com os fins apologéticos da moral vigente da sociedade cristã. Há, assim, entre o universo intelectual de Maquiavel e o de outros pensadores que o precederam, um choque de moralidades nessa dissensão humanista.

Na definição de homem renascentista de Buckhardt (1991), percebe-se o mesmo propósito de alcançar a glória individual, semelhante ao conceito de glória do príncipe em Maquiavel. Apesar disso, tal definição também se configura na retomada dos soberanos pensados por outros autores de espelhos para príncipes da época, bem como pelo *vir virtutis* cívico de Petrarca e seus sucessores. Embora essa preocupação do homem renascentista com a glória individual seja condizente com as análises sobre a busca dos príncipes pensados pelos autores dos espelhos, a política de Maquiavel vai além das considerações de Estado na visão de Buckhardt (1991), como ressalta Berlin (2002), a idéia de Estado é tida como uma obra de arte no pensamento maquiaveliano (BERLIN, 2002). Para os humanistas cívicos, os atos virtuosos aprendidos pelos homens de Estado poderiam definir o futuro da república. No caso de Maquiavel, o que pode levar o príncipe a manter a sua condição de soberano e a do seu principado é a sua prudência e coragem para romper com a moral social vigente incapaz de mudar a natureza vaidosa, mesquinha e egoísta dos homens. É justamente esta “questão de moral” que traduz o que Berlin (2002) chamou de “a originalidade de Maquiavel”. É esta originalidade que iremos examinar a partir de agora, com o intuito de salientar como a arte da guerra se configurou, conforme Maquiavel, como uma das virtudes máximas a ser incorporada na formação devida de um príncipe prudente que pense na prosperidade dos seus domínios, bem como na glória a ser alcançada graças aos privilégios e favores da *Fortuna* submetida aos valores da *virtù*.

### **A *virtù* pagã: um espelho para o príncipe.**

Para Maquiavel, a necessidade de um governo forte - que saiba fazer uso da força bruta –, se fazia urgente quando o Estado estava em desordem, metido com a corrupção e a ganância destruidora dos homens de pouco valor. Para exercer tal governo acima de todos os males provocados pela natureza humana, os príncipes soberanos deveriam seguir uma conduta que se chocava com a concepção tradicional de atos virtuosos, dignos de um homem de máxima excelência. No mundo como Maquiavel o concebia, a forma de conduzir os homens não

poderia mais ser romântica como os antigos defendiam. Os desejos dos homens, segundo a concepção maquiaveliana, seguem trilhas diferentes, uma vez que são guiados ora pelo desejo de poder, ora pelo desejo de liberdade. Nesse intervalo, o príncipe tem que saber também se mover usando sua dupla face de raposa e leão<sup>5</sup>, equilibrando sua imagem pública através da força de um exército, de leis civis severas, de reconhecimento e títulos aos nobres e de melhorias das condições sociais de seu povo.

A fundamentação da prática efetiva das ações dignas de um soberano para a prosperidade de um principado novo estava na busca de tipos ideais de governos estáveis existentes na história. Nisso, Maquiavel e os outros autores de espelhos para príncipes estavam de acordo. O ponto da discordância é que, para Maquiavel, não havia como seguir os passos de um César, Aníbal ou de um Alexandre sem desprender-se dos ditames morais da sociedade cristã. Desvincular-se de tal moralidade seria uma prática obrigatória que se imporia em nome da prudência principesca. Daí decorre o choque entre moralidades. Mais precisamente, entre duas moralidades: uma cristã e outra, pagã.

Isaiah Berlin (2002), analisando esse aspecto original e conflituoso da política maquiaveliana, concebe os valores ideais da política, na perspectiva de Maquiavel, como traços de uma moralidade pagã. Para Berlin, é válido afirmar que

O que Maquiavel distingue não são valores especificamente morais de valores especificamente políticos; o que ele faz não é emancipar a política da ética ou da religião; (...) o que ele institui é algo que possui um impacto ainda mais profundo – uma diferenciação entre dois ideais incompatíveis de vida e, portanto, duas moralidades. Uma é a moralidade do mundo pagão: os seus valores são a coragem, o vigor, a fortaleza na adversidade, a realização pública, a ordem, a disciplina, a felicidade, a força, a justiça, sobretudo a afirmação das reivindicações apropriadas de cada um e o conhecimento e o poder necessários para assegurar que sejam satisfeitos, aquilo que, para um leitor da Renascença, Péricles tinha visto concretizado na sua Atenas ideal. Lívio encontrara na antiga República romana, aquilo cuja decadência e morte Tácito e Juvenal lamentavam no seu tempo. Esses parecem a Maquiavel os melhores períodos da humanidade e, humanista renascentista como ele é, deseja restaurá-los (BERLIN, 2002, p. 314).

Objetivando uma restauração diferente para a Itália, tão fragmentada por brigas derivadas da ambição de poder entre famílias tradicionais, é que Maquiavel defenderá outros meios mais radicais de política mundana capaz de romper com os valores cristãos. Berlin ainda nos fornece uma caracterização da moralidade cristã, à qual se opunha o modelo de príncipe maquiaveliano de *virtù*:

(...) os ideais do cristianismo são a caridade, a misericórdia, o sacrifício, o amor a Deus, o perdão aos inimigos, o desprezo pelos bens deste mundo, a fé na vida depois da morte, a crença na salvação da alma individual como algo de incomparável valor – mais elevado do que todo objetivo social, político ou qualquer outro propósito terrestre, qualquer outra consideração econômica, militar ou estética; na verdade, inteiramente incomensurável em relação a qualquer um desses valores. Maquiavel estabelece que, com homens que acreditam nesses ideais e os praticam, nenhuma comunidade satisfatória, no seu sentido romano, pode ser em princípio construída (BERLIN, 2002, p. 314-15).

Como se verifica, nas análises de Berlin (2002) o ponto que distingue a política de Maquiavel da concepção humanista de *virtus* não é a separação entre política e moral. Na verdade, o florentino está retomando as atitudes de um homem virtuoso (espelhado nos passos dos heróis

---

<sup>5</sup> Na filosofia política de Maquiavel, o príncipe soberano deve saber se comportar ora como raposa, ora como leão. As alegorias são feitas no sentido de associar habilidade e esperteza sorrateira à raposa e força e nobreza ao leão. Essa passagem evidencia a flexibilidade que o príncipe deve possuir, colocando-se entre os atos nobres e os vícios dos homens, se a necessidade para manter a sua condição assim exigir.

da Antigüidade) praticadas em conformidade com uma moralidade pagã. Algo que a Itália seiscentista, bem como toda a Europa, já havia deixado no passado, restando apenas os louvores da Renascença e o desejo humanista de restaurar tais virtudes em uma época de corrupção e confusão política mescladas aos valores moralizantes da cristandade. É importante notar que, embora a idéia humanista em geral louvasse tais virtudes da Antigüidade, Maquiavel tornou-se polêmico e incompreendido pela grande maioria dos homens do seu tempo, por estes não conceberem como “virtudes dignas” as ações que foram recomendadas em sua obra. Obra que valoriza a verdade efetiva das coisas, a prática dos modelos prudentes do príncipe:

Porém, sendo meu intento escrever algo útil para quem me ler, parece-me mais conveniente procurar a verdade efetiva da coisa do que uma imaginação sobre ela. Muitos imaginaram repúblicas e principados que jamais foram vistos e que nem se soube se existiram na verdade, porque há tamanha distância entre como se vive e como se deveria viver, que aquele que trocar o que se faz por aquilo que se deveria fazer aprende antes sua ruína do que sua preservação; pois um homem que queira fazer em todas as coisas profissão de bondade deve arruinar-se entre tantos que não são bons. Daí ser necessário a um príncipe, se quiser manter-se, aprender a poder não ser bom e a se valer ou não disto segundo a necessidade (MAQUIAVEL, 1996, p. 73).

Na concepção da *virtù* maquiaveliana como sendo a prática efetiva de uma conduta contrária à idéia de virtude cristã, aflora uma arte na qual o príncipe deve ser plenamente versado. Uma arte que é a virtude ulterior, aquela que está posta acima de todas as outras; aquela que será a própria conservação do principado, por meio da qual serão construídos todos os caminhos prósperos para se alcançar a glória: a arte da guerra. Mas como fazer uma guerra com homens sem nenhum hábito para as armas? Como esperar bons resultados com exércitos que só pensam em dinheiro? Que novo *habitus* e sentimentos instituir em uma Itália com homens fascinados com o comércio, a riqueza e a luxúria? (VIROLI, 2002).

### **A guerra malograda: o triunfo da cobiça sobre as virtudes do soldado.**

A importância que Maquiavel dá à questão da guerra pode ser explicada pelo contexto histórico no qual estavam envolvidas a sua Florença e a Itália. Com a república florentina demolida pelo autoritarismo dos Medicis, agora sob o domínio de Lourenço, “O Magnífico”, Maquiavel afasta-se da plataforma republicana que tanto admirava e passa a explicitar em sua obra os desejos de ver a Itália e principalmente Florença afastadas de toda a corrupção que as atingia. E isso só seria viável com um governo forte e restaurador, mesmo que este se consolidasse na autoridade máxima de um príncipe. Daí os motivos pelos quais o príncipe de *virtù* deveria usar de todos os meios possíveis para se colocar acima da decadente condição dos homens que destruíam gradativamente qualquer tentativa de manter um governo austero, autoritário e próspero.

É bem verdade que a Itália mudara seus gostos graças a novidades (em decorrência da generalização do uso do dinheiro) que a Europa só conheceria mais tarde. Este fenômeno econômico importante exerceu, decerto, influência na realização de guerras. Jakob Buckhardt (1991) faz uma afirmação interessante que podemos associar ao momento histórico vivido por Maquiavel ao discorrer sobre as questões de guerra:

Entre os italianos, pelo contrário, as tropas mercenárias, organizadas diferentemente, fizeram-se predominantes antes do que em qualquer outra parte, assim como também o desenvolvimento precoce de armas de fogo contribuiu para, de certa maneira, democratizar a guerra, não apenas porque as mais sólidas cidadelas estremeciam ante as bombardas, mas também porque a perícia do engenheiro, do fundidor de armas e do artilheiro – adquirida por vias burguesas – assumiu o primeiro plano (BUCKHARDT, 1991, p. 88).

Tropas mercenárias. Eis o maior problema a ser solucionado pelo príncipe de *virtù*, segundo Maquiavel, em meio aos descaminhos da guerra que colocaram toda a Itália em um estado caótico. Nesse sentido, voltamos a frisar que a visão humanista e renascentista de Maquiavel percorreu todo o passado glorioso dos heróis da Antigüidade clássica, buscando neles os valores a serem cultivados pelos homens do seu tempo; mas, notadamente, pelo príncipe que deseja alcançar os lauréis das glórias da *Fortuna* pela prática da guerra.

Quanto ao exercício da mente, deve o príncipe ler as histórias e refletir sobre as ações dos homens excelentes, ver como se comportaram em guerras, examinar as causas das vitórias e derrotas a fim de poder escapar destas e imitar aquelas. Mas, sobretudo, deve agir como antes agiram alguns homens excelentes que se espelharam no exemplo de outros que, antes deles, haviam sido louvados e glorificados, e cujos gestos e ações procuraram ter sempre em mente; é o caso de Alexandre Magno, que imitava Aquiles; de Cesare, que imitava Alexandre, e de Cipião, que imitava Ciro (MAQUIAVEL, 1996, p. 71).

Para Maquiavel, não havia outra maneira de se estabelecer a ordem e prosperar um Estado sem ser pela força das armas. Como já afirmamos no início deste artigo, de nada valem as boas leis para governar os súditos, se antes destas não existir o forte suporte das devidas armas, pois “*um príncipe não deve ter outro objetivo, nem pensamento, nem tomar como arte sua coisa alguma que não seja a guerra, sua ordem e disciplina, porque esta é a única arte que compete a quem comanda*” (MAQUIAVEL, 1996, p. 69).

Fazer uso das boas armas exige prudência na prática da violência visando ao equilíbrio do Estado. A natureza bélica do Estado moderno parecia ser imprescindível para a sobrevivência dos domínios do príncipe, segundo o florentino. Para ele, a constituição de um exército profissional e nacional era o sustentáculo maior para vencer a decadente natureza humana susceptível a corrupções, roubos, mentiras e ambições irresponsáveis. Natureza nociva que o príncipe deveria combater como bom exemplo de homem de *virtù*. Para isso, ele deveria evitar cometer o pior erro no qual um soberano poderia cair, qual seja, constituir suas forças armadas com soldados, guerreiros que são incapazes de lutar pela fidelidade, pelo respeito e pelo valor patriótico de sua terra, uma vez que só ambicionam o salário que lhes é ofertado.

Quem tem o seu Estado baseado em armas mercenárias jamais estará seguro e tranqüilo, porque elas são desunidas, ambiciosas, indisciplinadas, infiéis, valentes entre amigos e covardes entre inimigos, sem temor a Deus nem proibidade para com os homens. O príncipe apenas terá adiada a sua derrota pelo tempo que for adiado o ataque, sendo espoliado por eles na paz e pelos inimigos na guerra. A razão disto é que não tem outra paixão nem razão que as mantenha em campo senão um pequeno soldo, que todavia não é suficiente para motivá-las a morrer por ti [pelo príncipe]. Querem muito ser teus soldados enquanto não há guerra; mas, durante a guerra, querem fugir ou ir embora. (...) O resultado [da utilização de tropas mercenárias] foi a Itália ter sido invadida por Carlos, pilhada por Luís, violentada por Fernando e vilipendiada pelos suíços (MAQUIAVEL, 1996, p. 57-8 e 62).

A ausência, que Maquiavel aponta na figura do soldado mercenário, dos valores necessários para alcançar as reais virtudes de um “homem de guerra”, na verdade é uma decorrência da sua observação e da sua preocupação com a Itália de final do século XV e início do XVI, mergulhada em corrupção e ganância por riquezas. Se nos remetermos a outras partes da Europa, iremos notar que essa ambição capaz de corromper os homens, à qual Maquiavel se refere, também coexiste com a situação italiana. Contudo, se compararmos a realidade da Itália com as análises da França da mesma época – final do século XV –, veremos, como bem nos diz Johan Huizinga (1978), que “*no fim da Idade Média as condições do poder alteraram-se pelo acréscimo da circulação da moeda e o limitado campo aberto a quem quer que desejasse satisfazer a sua ambição de amontoar riqueza*” (HUIZINGA, 1978, p. 28).

Embora já tenhamos mencionado que a Itália vivenciou alguns fenômenos que a Europa só conheceria mais tarde, este “acréscimo da circulação da moeda” já existia desde muito antes na Itália. Ora, cidades como Gênova, Florença e Veneza contribuíram para a ganância de “amontoar riquezas” quando se dispuseram a exercer atividades comerciais voltadas para o fornecimento de transportes, mantimentos e armas para soldados vindos de diferentes partes do continente. Tal fato foi considerado “caótico”, segundo a visão humanista do século XV, e até mesmo pelos “humanistas cívicos” de início do Quatrocentos dos círculos florentinos, que fizeram apologia do comércio como prioridade para uma república livre. A questão era que os homens ricos destas cidades comerciais, ao se dedicarem plenamente ao comércio, estavam, efetivamente, incentivando a prática mercenária na Itália. Ao mesmo tempo, diminuía o contingente de “braços armados” necessários para a formação de um exército próprio (VIROLI, 2002).

Essa intensa circulação monetária mantinha crescente a arregimentação de soldados mercenários na região. E, advertia Maquiavel, enquanto as cidades não fossem defendidas por seus próprios homens, os homens de alhures não o poderiam fazer com tanto empenho, porque o seu único motivo para lutar por uma pátria que não seja a sua é a quantidade de moedas que lhes eram dadas. Era-lhes indiferente a soberania da pátria. Em poucas palavras, para os humanistas da Renascença, e sobretudo para Maquiavel, não há governo forte, seja república ou principado, se os seus homens não se obstinarem a defendê-lo.

Caminhos da guerra. Eram eles que o príncipe deveria sempre tomar, segundo Maquiavel. Sintetizando o que foi visto até aqui, a própria formação da *virtù* está associada à virtude máxima da guerra. Enquanto outros autores de espelhos para príncipes de todo o período renascentista glorificavam os homens excelentes do passado, contemplando os seus feitos heróicos e invejando-os por terem vivido em épocas gloriosas, Maquiavel ousou aconselhar que o príncipe descesse do degrau da contemplação e pusesse os feitos de tais homens em nobre prática: a arte da guerra. Para Maquiavel, se a Itália estava inundada pela corrupção e esfacelada pela má conduta na guerra, não havia outra solução senão a restauração da ordem e da prosperidade através da força das armas submetidas aos valores do príncipe. Este seria o maior exemplo do domínio da *virtù* sobre a *Fortuna*.

A *virtù* se construiria na arte de bem guerrear, passando por cima de valores ineficazes em uma sociedade onde os homens não conheciam mais o significado de “valor próprio”. Contudo, se fazia necessário que o príncipe tivesse uma disposição flexível em benefício da conservação dos seus domínios (SKINNER, 1996). Para Maquiavel, a ação do príncipe de *virtù* deveria buscar de todas as formas trilhar os caminhos reprovados pela moral cristã, ao invés de sonhar com os lauréis do reino dos céus e esperar as ruínas do reino dos homens na Terra. Sendo assim, não haveria outra maneira de obter as glórias da *Fortuna* sem antes subjugar-la, pondo em prática uma *virtù* de guerra, que, no limite, é a própria visão do curso da história dos homens como uma real convivência conflituosa. Uma história que, para Maquiavel, constituía-se em uma história de guerras entre as glórias do passado e os fracassos da sua época.

Ao abordar a *virtù* maquiaveliana, constatamos que um verdadeiro príncipe prudente e corajoso que visa ao bem estar de seu Estado deveria construir um novo espelho que garantisse a estabilidade e a paz políticas necessárias à vida humana. Em outras palavras, entender a importância da arte da guerra, associada à prudência do príncipe, é entender que a *virtù* de guerra serve para afastar os inimigos externos e manter a coesão interna. Esta é a maior novidade na visão renascentista de Maquiavel, em relação às tradições humanistas de sua época. Mas, considerando que a natureza humana nem sempre é boa, nem sempre é má, pode-se afirmar que fazer guerra exige responsabilidade. E isso só é possível com a convicção de que depois da guerra virá a paz esperada. Por isso tudo, analisando *O Príncipe*, podemos

afirmar que não há outra realidade tão afeita aos homens de real valor do que a realidade bélica. Realidade violenta, porém, para a mordaz visão maquiaveliana da sociedade, uma constatação ditada pela prudência.

#### **Referências bibliográficas**

BERLIN, Isaiah. A originalidade de Maquiavel. In: **Estudos sobre a Humanidade: uma antologia de ensaios**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 299-348.

BLOCH, Marc. **Os Reis Taumaturgos: o caráter natural do poder régio – França e Inglaterra**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

BUCKHARDT, Jacob C. **A Cultura do Renascimento na Itália: um ensaio**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

HUIZINGA, Johan. **O Declínio da Idade Média**. São Paulo: Verbo – editora da Universidade de São Paulo, 1978.

MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

SKINNER, Quentin. **As Fundações do Pensamento Político Moderno**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

VIROLI, Mauricio. **O Sorriso de Nicolau: História de Maquiavel**. São Paulo: Estação Liberdade, 2002.